



Belo Horizonte, 04 de novembro de 2020

**CARTA DE DEMANDAS SOBRE A PAUTA DAS JUVENTUDES DO  
OBSERVATÓRIO DA JUVENTUDE DA UFMG PARA A  
CAMPANHA “TODAS AS VOZES, UMA BH”**

Nós, integrantes da equipe de Coordenação do Programa Observatório da Juventude da UFMG (mais conhecido como OJ), vimos, por meio desta carta, expor uma síntese de nossas demandas sobre a pauta das juventudes para a Campanha “Todas as vozes, uma BH”, que apresenta Áurea Carolina como candidata a prefeita e Léo Péricles como candidato a vice-prefeito desta cidade.

O Programa Observatório da Juventude, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, iniciado no ano de 2003, situa-se no contexto das políticas de ações afirmativas, apresentando uma proposta de extensão articulada com ações de pesquisa e ensino em torno da temática educação, cultura e juventudes. Há quase duas décadas, desenvolvemos pesquisas, promovemos debates e ações educativas sobre a situação dos jovens na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Em nosso percurso, atuamos especialmente em 03 eixos: Ações coletivas e políticas públicas, visando garantir um espaço de interlocução da sociedade civil com o poder público em torno das políticas públicas de juventude e estimular a organização autônoma dos jovens; Formação e interlocução com educadores/as, profissionais e pesquisadores/as que atuam com jovens e Formação de jovens (em diferentes atuações). Como visto, nosso público interlocutor é múltiplo e diverso, composto por jovens, educadores/as (de espaços formais e não formais), militantes, ativistas, gestores/as, pesquisadores/as e pessoas interessadas na temática. Dentre estes, em um passado não tão distante, esteve conosco a então estudante de graduação da UFMG Áurea Carolina, quando entrou para a história do OJ atuando em um importante espaço para sua formação política: o Fórum das Juventudes da Grande BH.

Partimos do percurso do nosso grupo e pensando na tarefa que hoje nos foi dada, visando à construção desta carta apresentada a Áurea e Léo, organizamos nossa fala recorrendo à definição da palavra **DEMANDA**. Do Latim DEMANDARE, a palavra DEMANDA tem a ver com “comissionar, dar poderes a alguém”, onde DE significa “completamente”, e MANDARE significa “ordenar, mandar”. Trazendo outros significados, que nos parecem mais interessantes, há fontes que indicam que a palavra DEMANDA provavelmente vem de MANUS, que significa “**mão**”, e DARE, que corresponde a “**entregar**”. Portanto, literalmente, quando dizemos que estamos DEMANDANDO ALGO A ALGUÉM, isto significa que estamos “**colocando algo nas mãos de alguém**”, lhe fazendo uma entrega.

Pensando nisto, convidamos a todas/todos/todes para uma breve reflexão a partir de 03 perguntas: hoje, debaixo deste viaduto, quando estamos falando em juventudes, o que colocamos nas mãos de Áurea e Léo? Em que nós, do OJ, acreditamos e defendemos quando colocamos estas demandas sobre as juventudes nas mãos desta candidata e deste candidato à prefeitura? Por fim, de quem são estas mãos às quais entregamos nossas demandas sobre as juventudes, que nos são tão caras?

**VAMOS À PRIMEIRA PERGUNTA:** Falando em juventudes, o que hoje colocamos nas mãos de Áurea e Léo?

Sabemos que as juventudes são um dos segmentos mais invisibilizados, vulnerabilizados e expostos à violência no Brasil, especialmente os jovens negros de periferia, de longe a maioria entre a população carcerária e as maiores vítimas de homicídio. Dados estatísticos oriundos de diversas fontes revelam e escancaram como tais questões se apresentam para grande parte da juventude de nosso país, particularmente em um grande centro urbano como Belo Horizonte.

A título de exemplo, segundo dados divulgados em 2012 pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) do Ministério da Justiça, naquele ano havia 548.003 pessoas presas e mais de 500 mil mandados de prisão expedidos. Do contingente encarcerado, 55% eram jovens com idade entre 18 e 29 anos, 46% possuíam até ensino fundamental completo e 60% eram negros. As pesquisas referentes ao Mapa da Violência, juntamente com o Atlas da Violência, revelam que a principal vítima da violência letal no Brasil é a juventude entre 15 e 29 anos, principalmente a juventude negra, do sexo masculino. Pesquisas nacionais e internacionais vêm apontando elevados índices de vulnerabilidade social, de violência e de desigualdade escolar entre os jovens do Brasil. A Secretaria Nacional de Juventude, na pesquisa Agenda Juventude Brasil (2013), por exemplo, constatou que as/os jovens/adolescentes, entre 15 a 29 anos, estão mais presentes no mundo do trabalho (total de 74%, sendo que 53% trabalham e 21% procuram trabalho) do que na escola (37%), sendo que um terço deles (33%) parou de estudar antes de concluir o grau almejado.

Falando em juventudes, o que colocamos nas mãos dos candidatos são responsabilidades diante dos inúmeros desafios a serem enfrentados neste campo, sendo um deles a constituição do próprio Estado como um dos maiores violadores de direitos no país.

**SEGUNDA PERGUNTA:** Em que nós, do OJ, acreditamos e defendemos quando colocamos nossas demandas sobre as juventudes nas mãos de Áurea e Léo?

No OJ, acreditamos que existam juventudes, no plural, visto que a experiência juvenil é marcada pelo pertencimento sociocultural dos sujeitos. Por isso, defendemos que as políticas de juventudes precisam ser construídas buscando tecer um olhar acerca dos/as jovens a partir da ótica da diversidade. Isso porque as condições sociais (classe, local de moradia), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e os pertencimentos identitários (raça, gênero) alteram significativamente os modos de se vivenciar a juventude

Quando falamos de juventudes no plural, defendemos que as políticas e pautas públicas reconheçam que não existe uma juventude homogênea, mas sim sujeitos concretos, em carne, sangue e espírito. Assim, como nos diz o fundador do Observatório da Juventude, professor Juarez Dayrell, “na realidade, não há tanto uma juventude e sim jovens enquanto sujeitos que a experimentam e sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se insere”. Esses jovens são sujeitos de direitos e de demandas, que precisam ser escutados/as. Não queremos “dar voz” aos diferentes jovens, pois eles/as têm suas vozes. Queremos que essas vozes sejam escutadas e que as políticas para as juventudes sejam realizadas em diálogos com os/as jovens!

Acreditamos e defendemos **o direito à vida dos jovens e das jovens brasileiros/as**. No atual cenário, muitas pessoas têm sido vistas como não humanos, sem ter garantia do primeiro direito que é à vida. **Temos “assistido”, não sem lutar não sem resistência, à morte brutal de diferentes sujeitos colocados como “outros”, mas especialmente de jovens negros.** Concordamos com a professora da UFMG Nilma Gomes (Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial -SEPPIR - (2015) e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (2015-2016)), ao salientar que este tem sido um grupo marcado para ser negado de seus direitos, desconsiderado e para viver nesse não lugar. O Atlas da Violência de 2019 aponta mais uma vez para a urgência dessa realidade denominada por “juventude perdida”. Essa denominação reverbera literalmente o sentido de perda, eliminação e extermínio das juventudes brasileiras pobres, pretas e pardas. Até quando a juventude negra vai continuar sendo o alvo nesse país? Até que ponto cultivará a disseminação do racismo em forma de eliminação de jovens negros?

Acreditamos que esse é o primeiro direito que precisa ser defendido e que toda discriminação e necropolítica precisa ser enfrentada. Precisamos de políticas para a vida, para o direito a vida!

Defendemos e acreditamos, também, no **direito social à educação**, especialmente a educação formal. No que se refere ao direito à educação, ao mesmo tempo em que é um fim em si mesma (a educação escolar), ela possibilita e potencializa a garantia de outros direitos tanto no sentido de exigí-los quanto no de desfrutá-los. Isso porque a educação escolar é uma das bases constitutivas na formação das pessoas e auxilia na defesa e promoção de outros direitos.

Defendemos e acreditamos **no direito ao trabalho por parte dos/as jovens**. O direito garantido no artigo 7 da Constituição Federal de 1988 nos remete ao um entendimento de trabalho que não se restringe a dimensão do emprego. Defendemos a ideia de Trabalho **Decente para a Juventude, pautada na ideia da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude**, que tem quatro ações prioritárias: “Mais e melhor educação”- que busca elevar os níveis de ensino de jovens com igualdade de oportunidades de tratamento de classe, gênero, raça; 2) “Conciliação de estudos, trabalho e vida familiar”; 3) “Inserção ativa e digna no mundo do trabalho”; 4) Fomento e ampliação do debate acerca de melhores alternativas para inserção juvenil no trabalho.

Defendemos e acreditamos, de modo amplo, no **direito à cidade** por parte dos/as jovens, aí incluindo o direito à mobilidade urbana, à cultura, ao lazer, à circulação pelos diversos espaços em diferentes tempos sem que a discriminação, o preconceito, a segregação, a interdição e o medo sejam “companhias” permanentes destas juventudes.

Neste contexto, lembramos a Plataforma Política “Juventudes contra a violência”, iniciativa do Fórum das Juventudes da Grande BH. A Plataforma estabelece 10 pautas prioritárias para que a sociedade civil e os governos possam se comprometer com o enfrentamento às violações de direitos sofridas pela população jovem. Além do direito à cidade, alertamos que, à luz das

especificidades da condição juvenil, devem ser considerados e (re)pensados/as os seguintes pontos:

- Acesso à Justiça;
- Democratização das Comunicações;
- Enfrentamento ao Genocídio da Juventude Negra;
- Fortalecimento da Democracia Participativa;
- Fortalecimento do Sistema Socioeducativo;
- Novo Modelo de Políticas sobre Drogas;
- Novo Modelo de Segurança Pública e Desmilitarização das Polícias;
- Políticas Sociais voltadas para as especificidades da juventude;
- Orçamento Público para Juventude.

Sobre cada um destes pontos, teríamos muito mais a dizer... Como o tempo é curto, esperamos que sejam base para nosso debate na cena pública sobre a temática, seja em períodos eleitorais e também fora deles.

Para ir finalizando, nós, do OJ, reiteramos a defesa do **direito à diversidade**: de sermos jovens mulheres, jovens LGBTQIA+, jovens negras e negros, jovens moradoras e moradores de periferia sim e com muito orgulho e muita luta pelo direito ao nosso território; de sermos tudo isto e muito mais, jovens em muitas vozes.

**ISTO NOS CONECTA À TERCEIRA E ÚLTIMA PERGUNTA DESTA CARTA:** de quem são estas mãos às quais entregamos nossas demandas sobre estas juventudes, que nos são tão caras?

Estas mãos e estes corpos não apenas de Áurea e Léo, mas de muitas destas vozes que ambos representam e que hoje demandam ocupar as cadeiras do poder desta cidade, para fazer deste um território menos injusto, menos desigual e menos indigno para todos/todas/todes.

O OJ, hoje, entrega esta carta a estas duas pessoas para que, ecoando vozes, possam, aqui, firmar e reafirmar seu compromisso com o avanço das Políticas Públicas de Juventudes em Belo Horizonte.

Trazendo palavras da produção “Okupa Tudo”, de Russo APR, Madu, João Paiva, Ana Lu, Lari e 2J do RJ, o OJ acredita que

**“Política preta de extrema esquerda é revolução de verdade”**

Com o sorriso largo da luta, nos despedimos! Seguimos nos colocando à disposição da cidade para a construção de conhecimentos e ações sobre educação, cultura e juventudes.

Equipe de Coordenação do Programa Observatório da Juventude da UFMG